

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



07
2019

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Marília Closs

Editor Adjunto: Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambera, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

STF contraria decisão da Petrobras em relação a sanções a navios iranianos
Declarações recentes de Jair Bolsonaro repercutem na imprensa internacional
Repercute indicação de filho do presidente à embaixada brasileira nos EUA

Página 05

Trump declara que Brasil é um aliado especial extra-OTAN
Política climática brasileira põe em risco negociações e cooperação com a UE
Macri recebe visita de Pompeo e coloca terrorismo na agenda eleitoral

Página 06

Argentina sedia a 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul
Senado uruguaio aprova reforma da lei orgânica militar
Posição da chancelaria chilena em tema de direitos humanos provoca críticas no governo

Página 07

Acordo energético entre Brasil Paraguai gera crise no governo paraguaio
Peru sedia XIV Cúpula da Aliança do Pacífico

Página 08

Sob críticas, Venezuela sedia Foro de São Paulo
Processo eleitoral na Guiana é alvo de disputas
México obtém apoio para ser candidato a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU

Página 09

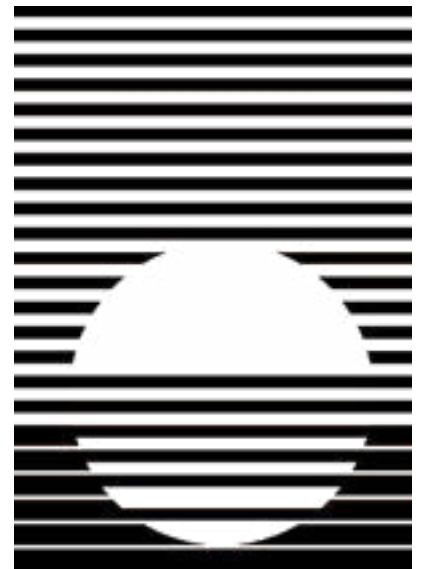
Baixas no governo de López Obrador
Protestos em Hong Kong provocam atrito internacional

Página 10

Zona de livre comércio africana entra em vigor com grandes desafios
Acesso a direitos sociais e políticos são destaque na agenda de gênero
Forças sociais reagem a intervenções e às políticas neoliberais

Página 11

Medidas legais marcam retrocessos nas políticas migratórias da América Latina e da Europa
Mudança do clima causa impactos em países do sul e gera novos desafios para o multilateralismo ambiental



STF contraria decisão da Petrobras em relação a sanções a navios iranianos

Ao longo do mês de julho, a Petrobras, empresa brasileira de extração e refino de petróleo, protagonizou um imbróglia diplomático com o Irã ao se recusar a abastecer dois navios iranianos atracados há quase 50 dias no porto de Paranaguá, no Paraná. Os navios, Bavand e Termeh, trouxeram ureia ao Brasil e retornariam com milho ao país persa. Segundo a petroleira, cujo acionista majoritário é o Estado brasileiro, ambas as embarcações estariam na lista de empresas sancionadas pelos EUA, e, por isso, corria o risco de sofrer penalidades das autoridades estadunidenses caso vendesse combustível aos navios iranianos. A decisão foi endossada pelo chanceler Ernesto Araújo e pelo presidente Jair Bolsonaro que, além de admitir estar alinhado à política dos EUA de sanções econômicas contra o Irã, alertara a empresa brasileira sobre os embargos estadunidenses e os riscos a eles associados. Diante do impasse, o Irã ameaçou boicotar as importações do Brasil caso as embarcações não fossem abastecidas e afirmou que poderia encontrar facilmente novos parceiros comerciais. Após disputa judicial nas instâncias inferiores, na qual a procuradora-geral da república, Raquel Dodge, suspendeu a liminar que obrigara a Petrobrás a fornecer combustível aos navios iranianos, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, determinou, no dia 24 de julho, que a petroleira abastecesse Bavand e Termeh. De acordo com Toffoli, não há possibilidade de a Petrobras sofrer sanções estadunidenses, uma vez que o reabastecimento seria feito por ordem judicial. Para reforçar seu argumento, o ministro mencionou ainda os prejuízos que seriam causados à balança comercial do país com o Irã, maior comprador de milho brasileiro. O embarço diplomático foi motivo de grande apreensão por parte de militares e diplomatas brasileiros, que temem as consequências que o apoio explícito do Brasil aos EUA na crise do Golfo Pérsico pode gerar para a segurança nacional do país.

Fontes: [O Estado de São Paulo](#), 20/07/19; [O Estado de São Paulo](#), 20/07/19; [Folha de São Paulo](#), 24/07/19; [O Estado de São Paulo](#), 25/07/19; [Veja](#), 25/07/2019; [Folha de São Paulo](#), 25/07/19; [Folha de São Paulo](#), 26/07/19.

Declarações recentes de Jair Bolsonaro repercutem na imprensa internacional

No mês de julho, repercutiram na mídia internacional diversas declarações conferidas pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), a exemplo do interesse em nomear

o filho, Eduardo Bolsonaro, para o cargo de embaixador nos EUA. Entre os temas tratados por Bolsonaro estava a aprovação prévia de filmes financiados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), além da transferência do Conselho Superior do Cinema do Ministério da Cidadania para a Casa Civil. Os jornais Washington Post e New York Times demonstraram preocupação com o aumento da supervisão governo no setor. Também causou polêmica a declaração direcionada a Felipe Santos Cruz, atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Bolsonaro disse saber detalhes da morte do pai de Felipe, Fernando Santos Cruz, assassinado durante a ditadura militar. A diretora executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck, considerou que a revelação de Bolsonaro despreza a necessidade do governo brasileiro de garantir justiça e reparação às vítimas do regime militar. No contexto da prisão de quatro hackers acusados da divulgação de trocas de mensagem envolvendo o ministro da justiça, Sergio Moro, publicadas pelo jornal The Intercept, Bolsonaro ainda apoiou o Decreto 666, editado por Moro, que permite que estrangeiros sob investigação criminal no Brasil sejam deportados para seus países de origem. De acordo com o jornal TeleSur, esta medida tem como objetivo a possibilidade de expulsão de Gleen Greenwald, jornalista responsável pelos vazamentos. O jornal France 24 divulgou fala do presidente sobre a impossibilidade de deportar Greenwald, pois o jornalista é casado e tem filhos no Brasil, mas que ele “poderia ser preso” no país. O periódico China Post considerou que o decreto reacende o debate sobre liberdade de imprensa no Brasil. O caso gerou reações da Associação Brasileira de Imprensa, que considerou o decreto como inconstitucional e uma ameaça à liberdade profissional.

Fontes: [China Post](#), 12/07; [O Globo](#), 22/07; [TeleSur](#), 26/07; [France 24](#), 27/07; [Uol](#), 29/07.

Repercute indicação de filho do presidente à embaixada brasileira nos EUA

A indicação feita pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 11 de julho, para que seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, assumira o cargo de embaixador do Brasil nos EUA, acendeu uma nova polêmica na política doméstica brasileira. Segundo o presidente e o chanceler Ernesto Araújo, mesmo sem pertencer à carreira diplomática, Eduardo possui as credenciais necessárias para exercer o cargo de maior prestígio do país no exterior, sobretudo em função da boa relação pessoal que desfruta com a família de Donald Trump. A decisão contou com o apoio de integrantes da base do governo e foi bem recebida por setores exportadores da indústria, representados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Entretanto, também foi alvo de diversas críticas. Primei-

ro porque rompe com as tradições diplomáticas ao ter sido anunciada antes do envio do pedido de agrément ao governo estadunidense. Em segundo lugar, porque prejudica a reputação internacional do Brasil ao emular práticas mais comuns em países autocráticos. Ademais, de acordo com o juiz Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), a indicação de Eduardo pode ser enquadrada como caso de nepotismo. Parlamentares do centro e da oposição secundam essa tese, e uma representação junto à Procuradoria Geral da República foi protocolada sob a acusação de fraude à Constituição Nacional. Finalmente, além de desagradar a cúpula militar, outra razão de crítica foi a qualificação técnica de Eduardo, que vem sendo questionada, inclusive, pelo corpo diplomático, que teme a marginalização do Itamaraty no processo decisório da política externa brasileira. No dia 15 de julho, a Associação dos Diplomatas do Brasil (ADB) divulgou nota em referência indireta à possível nomeação do filho do presidente, realçando o profissionalismo e a expertise dos diplomatas brasileiros “para assumir quaisquer embaixadas no exterior”. Para ser nomeado embaixador do Brasil nos EUA, Eduardo Bolsonaro precisará ainda ser sabatinado no Senado brasileiro.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 11/07/2019; [Folha de São Paulo](#), 11/07/2019; [G1](#), 12/07/2019; [Folha de São Paulo](#), 13/07/2019; [BBC News Brasil](#), 12/07/2019; [ADB](#), 15/07/2019; [O Estado de São Paulo](#), 25/07/2019.

Trump declara que Brasil é um aliado especial extra-OTAN

No dia 31 de julho, o presidente dos EUA, Donald Trump, declarou que o Brasil é um “aliado especial extra-OTAN”. A aproximação dos dois países está sendo negociada desde março, quando Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, manifestou vontade de uma parceria mais robusta em temas relacionados a defesa e segurança internacional. Além do Brasil, Japão, Austrália e Coreia do Sul também estão nessa categoria. Na prática, ser um aliado especial extra-OTAN confere vantagens na compra de equipamentos militares, maior acesso a algumas tecnologias reservadas, além de criar novas possibilidades de cooperação em defesa e de treinamentos de militares das Forças Armadas. A declaração pelos EUA não gera qualquer obrigação formal ao Brasil, seja no âmbito de defesa ou no comercial. Entretanto, simboliza uma aproximação política do Brasil em relação à potência norte-americana, o que, segundo o embaixador Marcos Azambuja, pode reduzir a capacidade de manobra brasileira na escolha de seus parceiros em defesa. Além disso, essa aproximação pode ser mal interpretada tanto por países do entorno estratégico brasileiro quanto por potências extrarregionais com que o Brasil mantém relações, como a Rússia e a China.

Fontes: [Washington Post](#), 31/07/2019; [Breitbart](#), 01/08/2019; [BBC Brasil](#), 01/08/2019; [O Globo](#), 01/08/2019.

Política climática brasileira põe em risco negociações e cooperação com a UE

No dia 9 de julho, o ministro do meio ambiente do Brasil, Ricardo Salles, reuniu-se com o ministro da cooperação econômica e do desenvolvimento da Alemanha, Gerd Müller, para falar sobre a proteção da Amazônia. A União Europeia (EU) é um dos principais atores na área da cooperação internacional do Brasil para o clima, e os riscos da política ambiental e climática brasileira para o fim dessa parceria têm sido recorrentes. Em julho, o governo Bolsonaro anunciou a extinção de diferentes conselhos e comitês, atingindo o Fundo Amazônia, que tem como principais doadores a Noruega e a Alemanha. O ministro Salles embarcou em uma corrida contra a comunidade climática, defendendo a gestão dos recursos a partir da negociação de novos projetos e novas regras, mas, sobretudo, pela resolução de uma nova governança. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) tem notificado o aumento do desmatamento na região Amazônica, contrariando o governo brasileiro sobre a divulgação dos dados – o que também tem gerado atritos entre o Instituto de renome internacional e o governo federal. Segundo dados do INPE, a Amazônia perde o total de um campo de futebol por minuto. O impasse deixa à vista as fragilidades da política ambiental brasileira e também deixa lacunas sobre como o Brasil se comprometerá com as determinações no âmbito climático do acordo entre Mercosul e UE.

Fontes: [BBC](#), 02/07/2019.; [The Guardian](#), 02/07/2019; [Valor Econômico](#), 05/07/2019; [G1](#), 09/07/2019; [Nexo](#), 23/07/2019.

Macri recebe visita de Pompeo e coloca terrorismo na agenda eleitoral

Por ocasião da II Conferência Ministerial Hemisférica de Luta Contra o Terrorismo, o secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, foi a Buenos Aires, capital da Argentina. O objetivo da conferência foi reforçar a segurança regional por meio de uma relação estratégica com os EUA. Pompeo se reuniu com Mauricio Macri, presidente argentino, e Jorge Faurie, seu chanceler. O terrorismo foi um dos principais temas de ambas as conversas. Faurie anunciou a criação de um mecanismo de cooperação regional contra o terrorismo, que, além de EUA e Argentina, incluirá também o Brasil e o Paraguai e terá o objetivo de monitorar atividades terroristas na tríplice fronteira. Alguns dias antes, o governo argentino também anunciou que incluiria expressamente o Hezbollah no seu registro de grupos terroristas. A visita de Pompeo a

Macri, além de reforçar o apoio do governo estadunidense ao candidato à reeleição na corrida presidencial de outubro, trouxe o terrorismo para o debate eleitoral. A visita coincidiu com o XXV aniversário do atentado na Argentina contra o centro judaico Amia, onde 85 pessoas morreram e 300 foram feridas, episódio que até hoje não foi esclarecido. A tese apontada pela justiça argentina é que o ataque foi organizado pelo Hezbollah junto ao governo do Irã. A ex-presidente Cristina Kirchner, hoje candidata a vice em chapa de oposição a Macri, é suspeita de ter assinado um pacto com o Irã em 2013 para acobertar a autoria do atentado. O acordo era investigado pelo procurador Alberto Nisman, que foi encontrado morto em 2015, um dia antes de levar a investigação a público. O cabeça de chapa de Cristina, Alberto Fernández, prestou depoimento em que afirmou disse que Nisman havia lhe dito ter provas contra a ex-presidente. A relação da chapa adversária com o episódio é um tópico que Macri explorará em sua campanha.

Fontes: [Exame](#), 18/07/2019; [La Nación](#), 19/07/2019; [La Nación](#), 19/07/2019; [UOL](#), 19/07/2019.

Argentina sedia a 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul

Entre os dias 15 e 17 de julho, em Santa Fé na Argentina, ocorreu a LIV Cúpula de Chefes de Estados do Mercosul. Na reunião foram apresentados três grandes objetivos: ampliar acordos comerciais com outros blocos, agilizar a aprovação nos congressos nacionais do acordo com a União Europeia e planejar uma reforma da estrutura do bloco, no sentido de flexibilizá-lo. Durante a cúpula, o ministro da Fazenda da Argentina, Nicolás Dujovne, afirmou que os países do bloco trabalharão juntos e farão estudos profundos para avaliar as mudanças que devem ser feitas para a possível adoção de uma moeda comum entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. No tocante às declarações, os membros do Mercosul, com exceção da Bolívia, membro observador do bloco, assinaram um documento que reafirma a preocupação com a situação na Venezuela e com a crise humanitária dela decorrente. Na mesma ocasião, o presidente argentino, Mauricio Macri, passou a presidência pró-tempore para o Brasil. Em seu discurso, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, sinalizou que quer guiar a região na direção de uma orientação política mais à direita e que essa mudança passa também por uma “ressignificação” do Mercosul, reforçando o caráter comercial e os aspectos técnicos do bloco.

Fontes: [La Nación](#), 15/07/2019; [La Nación](#), 16/07/2019; [Uol](#), 17/07/2019; [La Nación](#), 17/07/2019; [Clarín](#), 17/07/2019; [Carta Capital](#), 18/07/2019; [Jornal da USP](#), 23/07/2019.

Senado uruguaio aprova reforma da lei orgânica militar

No dia 16 de julho, o Senado do Uruguai tornou lei o projeto – aprovado pela Câmara dos Deputados em maio – que estabelece o fim da doutrina de segurança nacional criada na época da ditadura uruguaia, a eliminação dos Tribunais de Honra – instâncias da Justiça Militar nas quais ocorreram processos que inocentaram militares que cometeram crimes durante a ditadura mesmo após eles terem confessado sua autoria – e uma redução de aproximadamente 35% do efetivo de militares para os cargos de alta patente das Forças Armadas. O número de generais do Exército cairá de 16 para 12, o de coroneis de 197 para 130 e o de almirantes da Marinha de 97 a 76. A conversão do projeto em lei foi possível graças ao apoio da coalizão do governo, a Frente Ampla, e do Partido Independente, que deram 17 votos favoráveis de um total de 31. Em contrapartida, os partidos de oposição, o Partido Nacional e o Partido Colorado, votaram contrariamente ao projeto. O Partido Nacional expressou que, caso saia vitorioso das eleições presidenciais, em outubro deste ano, revogará a nova lei, enquanto o Partido Colorado informou que alguns pontos dela podem ser inconstitucionais. O ex-comandante em chefe do Exército e candidato à presidência, Guido Manini Ríos, criticou a aprovação da nova lei, dizendo que ela é prejudicial, irresponsável e revanchista. Segundo Ríos, a referida lei não tem embasamento em nenhum estudo e afeta negativamente as Forças Armadas, especialmente a redução de cargos de alta patente.

Fontes: [El Observador](#), 16/07/2019; [El País](#), 16/07/2019; [República](#), 17/07/2019; [República](#), 17/07/2019; [El Observador](#), 17/07/2019; [El País](#), 18/07/2019.

Posição da chancelaria chilena em tema de direitos humanos provoca críticas no governo

No dia 11 de julho, foi votada no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas uma resolução contra as Filipinas com o propósito de iniciar investigações pelos excessos de uso da força e arbitrariedades cometidos pelo governo do presidente Rodrigo Duterte em sua guerra contra as drogas. Como resultado, a votação obteve 18 votos a favor, 14 contra e 15 abstenções. Na América Latina, a maioria dos países (como Argentina, México, Peru e Uruguai) votou a favor da resolução. No entanto, Chile e Brasil optaram pela abstenção. No Chile, representantes do governo afirmaram que a postura da chancelaria foi adotada sem consulta prévia ao presidente, Sebastián Piñera, o qual teria tomado conhecimento da absten-

ção na votação somente após a decisão. O posicionamento da chancelaria também gerou fortes críticas de ex-ministros, acadêmicos, defensores dos direitos humanos e parlamentares, sobretudo da ala centro-esquerda. Entre as críticas estão acusações de falta de coerência, pois o país tem constantemente denunciado violações de direitos humanos por Nicolás Maduro, na Venezuela, além de indicar uma mudança de posição na política externa, já que o Chile é historicamente um defensor dessa matéria, após violentos anos de ditadura. Em resposta às críticas, Teodoro Ribera, chanceler chileno desde junho, argumentou que obter uma postura unânime do governo é extremamente difícil, e, portanto, tratam-se de decisões colegiadas. Ademais, lembrou que nem mesmo na região onde está localizada as Filipinas, na Ásia-Pacífico, houve uma postura consensual sobre as investigações. Embora no mês de junho Piñera tenha substituído o ex-chanceler Roberto Ampuero por Teodoro Ribera, o que se percebe é a continuidade das críticas em relação à condução da política externa chilena ao longo de seu governo.

Fontes: [El Mostrador](#), 11/07/2019; [Emol](#), 11/07/2019; [La Nación](#), 12/07/2019; [La Tercera](#), 18/07/2019.

Acordo energético entre Brasil Paraguai gera crise no governo paraguaio

Em maio, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, assinaram uma ata bilateral sobre a compra de energia que alteraria o acordo feito por governos anteriores sobre o preço da eletricidade, fazendo com que o Brasil pagasse mais pelo uso da energia produzida por Itaipu. Bolsonaro afirmou que os governos do PT haviam feito concessões absurdas ao Paraguai e que o acordo sobre Itaipu não estava sendo cumprido. Após a divulgação do acordo, o presidente da Administração Nacional de Eletricidade (ANDE) do Paraguai renunciou e acusou o governo de negociar o tratado em segredo e sem o apoio técnico da entidade. Além disso, diversos setores da sociedade se mobilizaram, e partidos políticos e ex-funcionários das hidroelétricas se opuseram às negociações e à ausência de divulgação pública do acordo, além do fato de este não ter sido aprovado pelo Congresso. Para muitos críticos, o acordo significava a entrega da soberania energética, pelo qual foi solicitada a destituição de seus responsáveis. Devido às críticas, o chanceler paraguaio, Luis Alberto Castiglioni, anunciou que pediria a seu homólogo brasileiro para cancelar a ata. Em 29 de julho, o Senado paraguaio rejeitou a ata, declarando-a nula e convocou em sessão extraordinária os ministros de relações exteriores e obras públicas e comunicações, o presidente da ANDE e o diretor paraguaio da Itaipu

para prestar explicações sobre o conteúdo do acordo. No entanto, a sessão foi cancelada, pois quatro dos cinco convocados renunciaram: Castiglioni, o embaixador do Paraguai no Brasil e o presidente paraguaio da Itaipu. Esta tem sido considerada a primeira crise do governo de Abdo Benítez, e alguns parlamentares anunciaram a possibilidade de iniciar um processo de impeachment. Diante da crise, Abdo Benítez pediu desculpas ao povo paraguaio e insistiu em passar do debate político ao técnico para renegociar o acordo com o Brasil. Ainda que inicialmente o governo brasileiro esperasse que o Paraguai cumprisse o acordo, diante da ameaça de impeachment, Bolsonaro anunciou seu apoio a Abdo Benítez e aceitou discutir novamente o acordo. Também o Itamaraty se pronunciou pedindo respeito ao “processo constitucional do Paraguai”.

Fontes: [ISTOÉ](#), 29/07/2019; [La Nación](#), 29/07/2019; [O Globo](#), 29/07/2019, [UOL](#), 01/08/2019.

Peru sedia XIV Cúpula da Aliança do Pacífico

O Peru sediou, entre os dias 1º e 6 de julho, a XIV Cúpula da Aliança do Pacífico, que, além do presidente peruano, Martín Vizcarra, contou com as presenças dos chefes de Estado do Chile, Sebastián Piñera, da Colômbia, Iván Duque, e do chanceler do México, Marcelo Ebrard. O presidente do Equador, Lenín Moreno, também esteve presente na condição de observador. Do encontro, resultou a assinatura da Declaração de Lima, pela qual os países membros do bloco econômico expressaram seu compromisso com a democracia, a separação de poderes e o Estado de Direito, bem como o respeito e a garantia dos direitos humanos. Reafirmaram ainda sua convicção na promoção do livre comércio, no incremento da competitividade e no desenvolvimento inclusivo. Por meio da declaração, Chile, Colômbia e México respaldaram a aspiração peruana de ingressar na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Fruto dos esforços de Vizcarra, no sentido de expandir a visão da aliança para além de temas estritamente comerciais, outros temas foram discutidos durante a cúpula, como o combate à corrupção na região. Ademais, firmou-se um Memorando de Entendimento de Meios de Comunicação e subscreveu-se a Declaração de Meio Ambiente, com vistas a coordenar esforços no combate à contaminação ambiental em virtude do uso de plástico. O encontro serviu de oportunidade para o lançamento da candidatura oficial do Equador como Estado associado do grupo, visando a seu futuro ingresso como Estado pleno. Um dos requisitos necessários para que um país negocie seu acesso à Aliança é possuir acordos de livre comércio com cada um dos Estados membros do bloco. No caso do Equador, só resta estabelecer

acordo de tal natureza com o México. Por fim, foi celebrada a posse do mandatário chileno, Sebastián Piñera, que substituiu Matín Vizcarra como presidente pró tempore da Aliança do Pacífico.

Fontes: [La República](#), 04/07/19; [El Comercio](#), 06/07/19; [La República](#), 06/07/19; [El Comercio](#), 07/07/19; [El Comercio](#), 07/07/19; [La República](#), 07/07/19; [El Mercurio](#), 07/07/19.

Sob críticas, Venezuela sedia Foro de São Paulo

Entre os dias 25 e 28 de julho, ocorreu o XXV Encontro do Foro de São Paulo, em Caracas, capital da Venezuela. Com o tema “Pela Paz, Soberania e Prosperidade entre os Povos”, reuniram-se cerca de 720 delegados de mais de 70 países. O foro existe desde 1990 e reúne partidos e movimentos sociais de esquerda e centro-esquerda da América Latina e Caribe. Os temas tratados nesta edição foram o cumprimento dos acordos de paz da Colômbia, o fim do genocídio de líderes sociais colombianos, o fim da ingerência dos EUA na Venezuela, o fim das sanções à Venezuela, o fim do bloqueio à Cuba e a liberdade para o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Os únicos chefes de Estado que compareceram à reunião foram os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e de Cuba, Miguel Díaz-Canel. Díaz-Canel afirmou que os EUA vêm buscando apertar o cerco em torno da Venezuela e da Nicarágua e tentando impedir a chegada de combustível a Cuba. A oposição a Maduro se pronunciou sobre o evento, criticando o dinheiro público supostamente utilizado na organização do foro, de 200 milhões de dólares. O partido Primeiro Justiça classificou o encontro como um “clube de adoradores de Maduro”. O partido Vontade Popular, do presidente auto-proclamado Juan Guaidó, afirmou que o foro busca gerar uma nova onda de uma ideologia que destruiu a América Latina e que políticos como Maduro e Díaz-Canel lucram com a crise de seus países. No dia 23 de julho, antes mesmo da realização do foro, o Grupo de Lima reuniu-se para debater mais uma vez a crise na Venezuela. Em uma das declarações mais contundentes contra Maduro, o grupo criticou o Foro de São Paulo e defendeu a investigação das violações de direitos humanos na Venezuela.

Fontes: [O Globo](#), 23/07/2019; [El Nacional](#), 25/07/2019; [El Nacional](#), 25/07/2019; [O Globo](#), 29/07/2019; [El Universal](#), 29/07/2019.

Processo eleitoral na Guiana é alvo de disputas

Em 18 de junho, a Corte Caribenha de Justiça (CCJ, na sigla em inglês) decidiu a favor da moção de desconfiança movida pela oposição em dezembro de 2018. A partir dessa decisão, o presidente guianense, David Granger, deveria convocar eleições em até três meses. Granger declarou que respeitará a decisão da CCJ, mas também afirmou que não convocará eleições até novembro. No dia 14 de julho, o governo afirmou que está cuidando da administração do Estado enquanto dialoga com a oposição sobre os procedimentos para a realização de novas eleições. O líder da oposição, Bharrat Jagdeo, escreveu uma carta ao presidente guianense em 20 de julho com diversas demandas ao governo. Entre elas está a dissolução do gabinete presidencial, a suspensão da aprovação de leis no parlamento e a fixação de uma data para a realização das eleições, antes de 18 de setembro de 2019. Esse prazo, no entanto, parece impossível dado que a Comissão Eleitoral da Guiana (GECOM, na sigla em inglês) iniciou o processo de registro dos eleitores em 20 de julho, que levará de seis a nove meses para ser concluído. A realização desse registro, no entanto, está sendo ameaçada por protestos e boicotes da oposição. O presidente Granger respondeu à carta no dia 26 de julho afirmando que os pedidos estão sendo analisados. Apesar de discordâncias, governo e oposição chegaram a um consenso, um dia depois, sobre quem assumiria a presidência da GECOM. A escolhida foi Justice Claudette Singh, que tomou posse em 30 de julho afirmando que sua prioridade são eleições livres, justas e transparentes.

Fontes: [Kaieteur](#), 20/06/2019; [Kaieteur](#), 14/07/2019; [Kaieteur](#), 21/07/2019; [Kaieteur](#), 27/07/2019; [Kaieteur](#), 27/07/2019; [Kaieteur](#), 28/07/2019; [Kaieteur](#), 30/07/2019.

México obtém apoio para ser candidato a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, declarou, junto ao embaixador mexicano na Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Ramón de la Fuente, que o país recebeu o apoio de todas as 33 nações que compõem o Grupo América Latina e Caribe (GRULAC) para ser candidato a membro não-permanente do Conselho de Segurança no período de 2020-2021. O Congresso mexicano também manifestou apoio unânime à candidatura. O presidente do Senado, Matí Batres Guadarrama, entregou um documento ao embaixador contendo cinco pontos favoráveis ao ingresso do México no Conselho de Segurança. Por sua vez, o presidente

da Câmara dos Deputados, Porfirio Muñoz Ledo, disse que a possível entrada do México no órgão da ONU oferece vantagens à política exterior do país. De la Fuente destacou que o respaldo do Congresso fortaleceu sua interlocução na ONU e que, desde a sua nomeação como embaixador, comprometeu-se a manter diálogo com os membros do Parlamento. O presidente López Obrador agradeceu a confiança dos embaixadores, chanceleres, presidentes e chefes de Estado latino-americanos e caribenhos na candidatura mexicana.

Fontes: [El Universal](#), 22/07/2019; [Milenio](#), 22/07/2019; [El Universal](#), 23/07/2019; [El Universal](#), 23/07/2019; [El Universal](#), 24/07/2019; [Excelsior](#), 23/07/2019.

Baixas no governo de López Obrador

No dia 09 de julho, o Ministro da Fazenda do México, Carlos Urzúza, pediu demissão de seu cargo alguns dias após a saída da titular da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Josefa González, e do diretor-geral do Instituto Mexicano de Seguro Social, Germán Martínez. Essas cisões simbolizam a dificuldade que o governo do presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) está enfrentando internamente após a decisão de apoiar a Política de Austeridade Republicana e os consequentes cortes de gastos. A crise gerada pela saída de Urzúza resultou de uma carta de demissão publicada nas redes sociais do ex-ministro, com fortes críticas direcionadas ao governo de Obrador. Ao comentar o pedido de demissão, o presidente confirmou que houve controvérsias ideológicas entre os dois, principalmente em relação à formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento. Com isso, o até então subsecretário da fazenda – que anteriormente já ocupou importantes cargos na burocracia do Banco Mundial – Arturo Herrera, substituirá Urzúza no ministério. Essas baixas acontecem em contexto de queda no crescimento do PIB. Em contrapartida, Obrador argumenta que os cortes promovidos pela Política Republicana de Austeridade representariam aproximadamente 26 milhões de dólares de economia aos cofres públicos, o que permitiria dobrar a aposentadoria dos idosos e garantir direitos de estudo e trabalho para 2,6 milhões de jovens. Diante desse contexto, em 25 de julho, AMLO oficializou, por meio da assinatura de um documento, que não vai concorrer à reeleição, fato que já havia afirmado em março deste ano. O argumento de Obrador é que não “pretende dar aos conservadores o gosto” de o compararem a um ditador.

Fontes: [El Sol de México](#), 09/07/2019; [Sputnik](#), 09/07/2019; [El País](#), 10/07/2019; [Nodal](#), 10/07/2019; [Observador](#), 25/07/2019.

Protestos em Hong Kong provocam atrito internacional

Desde o início de junho até meados do mês de julho, a Região Administrativa Especial chinesa de Hong Kong (RAEKH) foi palco de sucessivas manifestações de rua contra o projeto de lei que permitiria extradições para a China continental. Os manifestantes e associações da sociedade civil alegam que a lei de extradição resultaria em perda de autonomia de Hong Kong, uma vez que permitiria que oponentes políticos de Pequim fossem julgados na China continental. A garantia de independência do judiciário e da Região Administrativa Especial foi fator fundamental no processo de retorno do território, que era uma colônia ultramarina do Reino Unido desde a década de 1840, para a República Popular da China (RPC) em 1997. Desse modo, a reintegração do território foi negociada sob o princípio de “um país, dois sistemas”, preservando o sistema político, econômico e administrativo de Hong Kong. Se trata de uma condição que confere alto grau de autonomia à Região Administrativa Exclusiva por um período de 50 anos - a contar do retorno à RPC-, exceto em assuntos de defesa e relações exteriores. A Chefe do Executivo de Hong Kong, Carrie Lam, que apoiou a lei de extradição, recuou diante dos protestos e suspendeu temporariamente a legislação ainda na segunda metade de junho. Apesar disso, os protestos continuaram a ganhar força e outras demandas emergiram. Esse novo momento dos protestos foi marcado por pedidos da renúncia de Lam, vandalismo, bem como repressão policial. A crise política de Hong Kong foi comentada por autoridades diplomáticas do Canadá, Austrália, Reino Unido e EUA. O secretário de Estado britânico, Jeremy Hunt, afirmou que haverá graves consequências caso a China não respeite a autonomia de Hong Kong, garantida pela Declaração Conjunta Sino-Britânica de 1984. A porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Morgan Ortagus, comunicou “grave preocupação” e citou a “erosão contínua da estrutura um país, dois sistemas”. Ambas as declarações foram respondidas pelo Ministério das Relações Exteriores da China, que declarou “não permitir em absoluto que as forças externas interfiram nos assuntos de Hong Kong ou perturbem a região administrativa especial”.

Fontes: [Financial Times](#), 02/07/2019; [Financial Times](#), 10/06/2019; [South China Morning Post](#), 10/06/2019; [Ministério das Relações Exteriores do Canadá](#), 12/06/2019; [Ministério das Relações Exteriores da Austrália](#), 12/06/2019; [Xinhua](#), 24/07/2019.

Zona de livre comércio africana entra em vigor com grandes desafios

No dia 07 de julho, durante a reunião de cúpula da União Africana (UA) em Niamei, no Níger, a Zona de Livre-Comércio Continental (Zlec), anunciada no final de maio, entrou em sua fase operacional. A Nigéria, maior mercado do continente africano, e o Benin assinaram o acordo na abertura da cúpula. Com essas duas adesões, o novo mercado é composto por 54 dos 55 países africanos (apenas a Eritreia não assinou o acordo) e envolve cerca de 1,2 bilhão de pessoas, para um PIB acumulado de mais de 2,5 trilhões de dólares. A UA estima que o projeto permitirá aumentar em cerca de 60% o comércio dentro do continente africano até 2022, ampliando a capacidade de atrair mais investidores. Por outro lado, os críticos do acordo, principalmente os sindicatos, temem que essa área de livre comércio possa gerar um aumento em massa das importações pelas economias menos competitivas, o que agravaria a assimetria entre os países, bem como prejudicar as indústrias locais e gerar desemprego. O calendário da redução tarifária da ZLEC ainda será negociado, assim como a questão de tarifação sobre bens importados de países que não fazem parte da UA. No entanto, especialistas apontam para desafios significativos na implementação do acordo, como instabilidades políticas em algumas áreas do continente, burocracia excessiva nas fronteiras, questões ligadas à infraestrutura, logística e corrupção. No longo prazo, um dos principais desafios do continente será a capacidade de inclusão social, principalmente pelo rápido crescimento demográfico. Até 2050, a população na África deverá duplicar, passando de 1,3 bilhão a 2,5 bilhões. Ou seja, o crescimento econômico do continente não é um desafio que será resolvido apenas com a liberalização comercial.

Fontes: [União Africana](#), 04/07/2019; [DIRCO](#), 06/07/2019; [UOL](#), 07/07/2019; [EM](#), 07/07/2019; [BBC](#), 07/07/2019; [Deutsche Welle](#), 07/07/2019; [Al Jazeera](#), 07/07/2019; [Euronews](#), 08/07/2019; [Globo](#), 14/07/2019.

Acesso a direitos sociais e políticos são destaque na agenda de gênero

Em julho, foi celebrado o 25º aniversário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”, considerada principal instrumento para combater a violência de gênero na América Latina. Contudo, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, afirmou que os Estados da região estão longe de possuir capacidade de resposta a uma “guerra não declarada as mulheres”. No dia 28, o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro

organizou uma Marcha pelas Mulheres Negras em Copacabana, e, de acordo com a organizadora Ana Gomes, o principal objetivo é dar visibilidade às violências sofridas pelas mulheres negras que são as maiores vítimas de feminicídio no país. Na contramão, o governo federal sugeriu que o Itamaraty orientasse os diplomatas a frisar em documentos oficiais que gênero é apenas biológico. Representantes do atual governo vêm solicitando que essas mudanças sejam feitas também em documentos da Organização das Nações Unidas, além de propor a retirada do tema “direitos sexuais e reprodutivos” de tratados internacionais, porque, segundo ideologia do governo de Bolsonaro, poderia abrir interpretações favoráveis ao aborto. Outro posicionamento governamental que atenta contra a igualdade de gênero foram os recentes twittes do presidente Donald Trump, que atacaram, no dia 15, quatro congressistas estadunidenses que representam a diversidade étnica e religiosa do país. Apesar de todas serem cidadãs norte-americanas e três delas terem nascido nos EUA, o presidente afirmou que deveriam retornar aos seus países de origem. Segundo Ilhan Omar, uma das ofendidas por Trump, e de origem somali, o objetivo do governante é dividir o país através de posicionamentos xenófobos. Em oposição a esses posicionamentos, ações ao redor do mundo buscam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No dia 29, grupos LGBTs na Inglaterra clamaram por uma reforma da Lei de Igualdade de Gênero. No Irã, mulheres pedem para que seja modificada a lei que proíbe a presença feminina em estádios de futebol para jogos masculinos. Foi pedido ainda que a FIFA retire o país da Copa do Mundo caso não haja mudança na legislação.

Fontes: [Prensa Latina](#), 15/07/2019; [NY Times](#), 15/07/2019; [Agência Brasil](#), 28/07/2019; [Gazeta do Povo](#), 28/07/2019; [Deutsche Welle](#), 29/07/2019; [BBC](#), 29/07/2019.

Forças sociais reagem a intervenções e às políticas neoliberais

No primeiro dia do mês de julho, em Hong Kong, milhares de pessoas realizaram uma passeata contra a forte interferência de Pequim, na data que corresponde à transferência da soberania sobre a cidade do Reino Unido para a China. Os manifestantes clamavam também pela renúncia de Carrie Lam, chefe do governo. Em Porto Rico, mobilizações constantes marcam um momento histórico no país e desencadearam a renúncia do governador Ricardo Rosselló, que teve mensagens homofóbicas, misóginas e sexistas divulgadas, além de provocações contra personalidades políticas e líderes sindicais. No Senegal, intensas manifestações continuam a mostrar sua força contra a corrupção e as políticas extrativistas que estão crescendo após a descoberta de campos de petróleo e gás no país. No Equador, camponesas e camponeses fizeram uma greve nacional contra a administração de Lenín Moreno do dia 15 ao dia 19 de julho, criticando as

políticas neoliberais do governo alinhadas com as pautas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a entrega do arquipélago de Galápagos como base aérea dos EUA. Em defesa da “paz, soberania e prosperidade do povo”, o XXVº Encontro do Foro de São Paulo aconteceu em Caracas, na Venezuela, no último dia 26, com mais de 400 dirigentes de movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda da América Latina e Caribe.

Fontes: [La Tinta](#), 03/07/2019; [Brasil de Fato](#), 16/07/2019; [La Tinta](#), 23/07/2019; [La Tinta](#), 25/07/2019; [Brasil de Fato](#), 26/07/2019.

Medidas legais marcam retrocessos nas políticas migratórias da América Latina e da Europa

No dia 26 de julho, o Ministério da Justiça do Brasil publicou a portaria no 666 que versa sobre a deportação sumária em até 48 horas impedimento de ingresso e repatriação de pessoa perigosa ou que tenha cometido ato contrário aos princípios dispostos na Constituição. Por “pessoa perigosa” a portaria considera pessoas suspeitas de envolvimento com terrorismo, grupos criminosos, tráfico de drogas, pornografia ou exploração sexual infanto-juvenil e torcida com histórico de violência em estádios. A portaria pode levar a deportação do jornalista Glenn Greenwald, do jornal *The Intercept*, que tem revelado conversas entre o atual ministro da justiça, Sergio Moro, e a força tarefa da Operação Lava-Jato. O governo brasileiro também cancelou o status de refúgio de três paraguaios, e o ministro Sergio Moro e o presidente Jair Bolsonaro fizeram declarações politizando a concessão do status, que é um direito garantido por instrumentos internacionais e pela lei brasileira. Tais medidas têm aproximado a política migratória do Brasil da dos países europeus, como a Itália que, aprovou um decreto no mês de junho que prevê uma multa de US\$ 56 mil para quem desembarcar imigrantes no país, que pode ser aplicada a Carola Rackete, capitã de um navio da Sea-Watch, foi presa no dia 29 de junho após atracar no porto de Lampedusa, furando o bloqueio da guarda costeira italiana, para salvar a vida de 40 migrantes e refugiados resgatados em águas libanesas. O Brasil não é o único país da América Latina a demonstrar esses retrocessos. No dia 21 de julho, centenas de pessoas protestaram em Santiago, no Chile, contra o “racismo institucional” da política migratória chilena, pela falta de informação e acesso à política de regularização de status migratório do governo.

Fontes: [El Comercio](#), 21/07/2019; [El Mostrador](#), 21/07/2019; [O Globo](#), 23/07/2019; [Correio Braziliense](#), 26/07/2019; [Nexo](#), 28/07/2019; [G1](#), 29/06/2019; [O Globo](#), 30/06/2019.

Mudança do clima causa impactos em países do sul e gera novos desafios para o multilateralismo ambiental

Em julho, a comunidade climática registrou diferentes e alarmantes impactos em países como o México e a Índia. Os contrastes dos eventos entre seca, ondas de calor e chuvas, e, principalmente, os níveis dos extremos têm se intensificado nesses dois países. Em Mumbai, na Índia, as inundações causaram inúmeras mortes e a paralisação dos serviços de transporte da cidade, na região de Chennai a população sofreu a seca e com a escassez de água, obtida, principalmente, por meio das chuvas de monções, as quais não foram registradas até o fim do mês. Somada à onda de calor, que também já deixou mortos em algumas regiões do Tamil Nadu, a escassez gerou uma disfunção na cadeia produtiva agrícola, incapaz de manter as safras e o abastecimento de alimentos localmente. No México, as ondas de calor ocasionaram tempestades, incluindo uma forte chuva de granizo em Guadalajara, deixando muitas pessoas desabrigadas. O mês de julho também registrou um dado surpreendente: o Ártico sofreu com incêndios florestais, principalmente na região da Sibéria. Como consequência, as queimadas têm emitido grandes quantidades de CO². Enquanto isso, no início do mês de julho, o chanceler Ernesto Araújo declarou que o Brasil manterá sua posição quanto à Paris para dar continuidade às negociações junto à União Europeia (EU). Os compromissos firmados pelo Acordo de Paris e o enfrentamento da crise climática e ambiental movimentaram a agenda da reunião dos países membros do G-20. Embora a maioria das partes tenha apoiado a necessidade de se firmar metas e ações de combate à mudança do clima, os EUA decidiram por não assinar conjuntamente a ratificação dos compromissos. No caso do Brasil, o cenário era de apreensão em torno da posição de Bolsonaro, aliado de Trump. Contudo, o interesse em não fragilizar o acordo com a UE acabou por fazê-lo ceder à agenda ambiental e climática desta vez. O Acordo entre Mercosul e UE impactou na margem de atuação de Bolsonaro quanto ao tema clima, pois o acordo prevê a preservação ambiental, a redução do desmatamento e o fortalecimento da ambição de redução das emissões. O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que analisará a proposta do acordo com ressalvas ao Brasil. Ao mesmo tempo, a comunidade climática alertou para o risco quanto ao agronegócio, principalmente na Amazônia e no Cerrado, já que um dos interesses da UE é a continuidade da importação de carne e cereais, como a soja.

Fontes: [Climate News Network](#), 01/07/2019; [The Independent](#), 01/07/2019; [El País](#), 01/07/2019; [Época](#), 02/07/2019; [Exame](#), 12/07/2019; [RTP](#), 12/07/2019; [UOL](#), 22/07/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

